

## INFORME PUBLICITÁRIO

## A GREVE DAS UNIVERSIDADES E A FARSA DO MEC

01. Buscando conquistar verbas, salários e condições de trabalho capazes de garantir a preservação e o desenvolvimento da Universidade Pública e Gratuita, a ANDES entregou uma pauta de reivindicações ao Ministério da Educação em setembro/86.
02. Sete meses depois, após inúmeras tentativas de obtenção de uma resposta aos seus pleitos, diante da negativa sistemática do MEC em atendê-los não restou aos docentes outro caminho se não a greve, desencadeada em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) federais, a partir de 25 de março.
03. No firme propósito de procurar o caminho da negociação, os docentes em greve mantiveram vários contatos com o ministério, representado pelo Sr. Secretário do Ensino Superior, Ernani Bayer.
04. No dia 02 de abril, na presença dos presidentes da ANDES, da FASUBRA e do CRUB e de representantes do Comando Nacional de Greve dos docentes, o Sr. Bayer, falando em nome do ministério, apresentou uma contraproposta do governo às reivindicações de docentes e servidores.
05. Os docentes, reunidos em Assembléias Gerais em todo o país, consideraram essa contraproposta insuficiente e imprecisa e, por isso, inaceitável, e, coerentes com sua flexibilidade e disposição de negociar, apresentaram uma contraproposta ao governo no dia 10 de abril, comprometendo-se o MEC a respondê-la até o dia 13.
06. Estranhamente, no dia 13 de abril o Sr. Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao invés de responder à contraproposta dos docentes, apresentou um documento contendo o que chamou de "posição definitiva do governo". Nesta, o ministro recua em todos os itens por ele propostos anteriormente, através do secretário Ernani Bayer: elimina o aumento salarial de 20% proposto para os docentes e servidores das IES fundacionais; reduz o aumento proposto para os salários dos docentes e servidores das IES autárquicas, limitando-se a equipará-los aos baixos salários pagos nas fundações; abandona o compromisso de garantir verbas de custeio e capital equivalente a pelo menos 12,4% do orçamento global de cada IES, já claramente insuficientes; limita-se a compensar a corrosão inflacionária das verbas para 1987, ao invés de aumentá-las conforme prometido; cancela o compromisso de fazer constar no plano de carreira dos docentes o direito à aposentadoria integral; suprime o compromisso de formar comissões com a ANDES, o CRUB e a FASUBRA para elaborar o novo plano de cargos e salários e para estudar critérios para alocação de recursos nas IES federais.
07. Alterando sua posição, o governo visa alcançar seu já antigo objetivo de manter o enfraquecimento da rede pública e o fortalecimento da rede particular de ensino superior, através do rebaixamento salarial e redução de verbas em termos reais para aquela.
08. A inqualificável atitude do MEC, apresentando uma contraproposta oficial para retirá-la em seguida, caracteriza uma **profunda irresponsabilidade e desrespeito do ministério frente à comunidade universitária**. A afirmação do ministro, de que sua posição é uma "proposta definitiva", que cabe aceitar em 48 horas, mostra que o governo decidiu romper as negociações, revelando, também na área da educação, sua conjugação de discurso liberal com prática autoritária, em que a negociação é reduzida ao papel de auxiliar do engodo.
09. É do MEC a responsabilidade pela deflagração da greve de 99,2% dos docentes das IES federais. **Sua intransigência e radicalização serão as responsáveis pela duração que a greve tiver e pela iminente perda do semestre letivo**, prejudicando ainda mais os estudantes que, tanto quanto os professores e servidores, já sofrem os efeitos do crescente descaso do Estado frente ao ensino público superior.
10. Apesar da indignação provocada pelo comportamento do MEC, os docentes das IES federais vêm a público para **reafirmar que continuam buscando o caminho das negociações**.



